

Projeto nacional: um debate necessário

© GLOBO

13 2 FEV 1996

RUBENS ANTÔNIO BARBOSA

Um ano e meio após o lançamento do Real, a maioria dos brasileiros começa a convencer-se de que, desta vez, a inflação foi mesmo derrotada. Embora a alegria da conquista esteja ainda bem viva no sentimento coletivo, como atestam as pesquisas de opinião, a atenção volta-se agora para outros desafios. Temas como desemprego, moradia, educação, assistência médica, terceira idade e segurança ganham peso ainda maior nas preocupações do cidadão. Ainda que intuitivamente, até mesmo as pessoas mais simples se dão conta de que, controlada a inflação em prazo relativamente curto, a solução dos grandes problemas do país não virá em poucos meses.

A noção de que teremos de trabalhar com horizontes de tempo mais distantes vem multiplicando as referências do velho conceito de "projeto nacional". Em outras palavras, agora que estamos livres da luta cotidiana para sobreviver na hiperinflação, devemos olhar para a frente, decidir prioridades e traçar caminhos: o que queremos ser e como chegaremos lá.

Planejar, sem dúvida, é preciso. A falta de planejamento, o imediatismo, a miopia de nossas classes dirigentes talvez tenham sido as principais causas históricas das imensas dificuldades que enfrentamos. Já, porém, a idéia de um "projeto nacional", de um pacto social pelo qual se definam os rumos da Nação desperta certas dúvidas. Não é fácil visualizar, numa sociedade complexa e desigual como a nossa, processo de entendimento capaz de levar à definição consensual de prioridades permanentes que vá além da mera repetição do diagnóstico que todos conhecemos.

Embora possa haver — e até haja — acordo sobre os problemas, as diferenças naturais de posição e interesse jamais deixam de surgir quando se discutem os remédios e, sobretudo, a repartição dos custos e sacrifícios. Nas socieda-

LIVRES DA LUTA COTIDIANA COM A HIPERINFLAÇÃO, DEVEMOS OLHAR PARA A FRENTE

des democráticas de livre economia, o "projeto nacional", na acepção mais abrangente do termo, é forjado e renovado no cotidiano da vida coletiva, nos parlamentos, nas várias instâncias de governo, nas empresas, nos mercados, nos debates públicos, nos meios de comunicação, nas escolas, nas universidades, nos sindicatos, enfim, nas diversas formas de manifestação, convivência e negociação entre os cidadãos.

Se a proposta de um amplo "projeto nacional" parece difícil de levar adiante, o mesmo não se aplica à concepção menos ambiciosa, de uma nova estratégia de inserção internacional para o Brasil, um aspecto cada vez mais decisivo para o desenvolvimento do país. Em sua recente visita à Índia, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez importante conferência da qual retiro as seguintes passagens: "A globalização significa que as variáveis externas passaram a ter influência acrescida nas agendas domésticas, reduzindo o espaço disponível para as escolhas nacionais (...). A globalização (...) alterou radicalmente a ênfase da ação governamental, agora dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global (...). Queiramos ou não, a globalização econômica é uma nova ordem internacional. Precisamos aceitar esse fato com sentido de realismo (...)."

Não se trata de estabelecer uma atitude

de passiva diante do mundo, mas sim de identificar de forma madura as oportunidades e os limites. O Brasil deseja ser uma Nação mais próspera e mais justa. O caminho da prosperidade requer hoje em dia capacidade de competir e vencer na economia mundial. Para tanto, é preciso alcançar certos requisitos, tais como alta produtividade, mão-de-obra qualificada, geração própria de tecnologia, instrumentos eficazes de negociação internacional. Desses exemplos, surge claramente, entre outras, a prioridade da educação e das reformas sociais.

Eis o percurso ditado pela realidade contemporânea: crescentemente, os desafios a vencer no plano externo ajudam a apontar os caminhos internos. A essa é uma verdade que se aplica até mesmo à maior potência do planeta. No início da década, diversos cientistas sociais americanos, entre eles o atual secretário do Trabalho, Robert Reich, se notabilizaram pelos trabalhos que publicaram em favor de reformas internas, entre elas a do sistema educacional, que viessem aumentar a competitividade da economia dos EUA, sobretudo para enfrentar a concorrência do Japão e dos chamados tigres asiáticos.

Também para o Brasil, hoje, pelas razões indicadas, é mais fácil obter consenso em torno de um projeto elaborado "de fora para dentro", ou seja, com base em nossos interesses externos e na definição do papel que queremos desempenhar no contexto internacional.

A idéia pode parecer paradoxal, mas, na prática, já está ocorrendo. A definição de uma política industrial para o setor automobilístico, por exemplo, foi estabelecida a partir de impulsos do Mercosul.

O importante é deixarmos de ser reativos e começarmos, o quanto antes, o debate e a formulação concreta de políticas, nas quais o sentido de projeto nacional esteja acoplado à nossa estratégia de inserção internacional.

RUBENS ANTÔNIO BARBOSA é embaixador do Brasil em Londres.